

# Governo confia nas novas metas

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, salientará, hoje, na sua exposição ao Conselho Monetário Nacional, às 15 horas, que o Brasil tem boas chances de cumprir a nova meta acertada com o Fundo Monetário Internacional, de manter o limite de expansão do déficit do setor público um pouco acima de Cr\$ 14 trilhões até o final deste mês. Até dezembro, o déficit público deve atingir Cr\$ 19,1 trilhões.

Pelo antigo acordo com o FMI, o déficit público não deveria ultrapassar os Cr\$ 6 trilhões até setembro e Cr\$ 8,8 trilhões em dezembro, mas o ministro da Fazenda dirá que a meta era irrealista. E que o novo acordo com o Fundo, de reduzir em termos reais o déficit a 2,7% do Produto Interno Bruto — PIB — este ano é viável e proporcionará a redução das taxas de juros. Ele explicará que na medida em que o governo controlar o déficit público o setor privado terá mais condições de conseguir financiamento com taxas de juros menores.

O ministro da Fazenda, porém, alertará para que o mercado não aguarde reduções drásticas das taxas de juros, conforme informou, ontem, uma fonte do Ministério da Fazenda. Segundo essa fonte, o ministro vai ler um documento com umas vinte páginas, no qual historiará a evolução da crise econômica brasileira desde outubro do ano passado, quando o Conselho Monetário Nacional se reuniu para aprovar a programação monetária, fiscal e da Área Externa para este ano.

A revisão dessa programação, dirá Galvêas, tornou-se necessária porque já não se espera uma inflação de 70%, mas em torno de 160% até o final do ano, e assim a expansão da base monetária deve ficar em 90% e não mais em 60%. O aperto creditício permanecerá até o final do ano, de acordo com fonte da Fazenda, mas será bem administrado para não causar "maiores tensões sociais".

No documento, elaborado pelo Departamento Econômico do Banco Central, o ministro da Fazenda informará aos conselheiros do CMN que o déficit em transações correntes, este ano, crescerá de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 7,7 bilhões em função de mais pagamentos de juros por causa dos atrasos externos e pela própria elevação das taxas de juros.

Galvêas fará também uma ampla defesa do Decreto-Lei nº 2.045, que reduz os salários a 80% do INPC, argumentando que ele evitará a realimentação da inflação. Dirá também que a inflação atingirá 160% ou um pouco mais por causa das catástrofes no Sul (enchentes) e no Nordeste (seca), e, em consequência, pela brutal elevação dos preços agrícolas.

O monopólio do câmbio pelo Banco Central também merecerá um comentário do ministro da Fazenda; ele dirá que a medida facilitou a gestão dos pagamentos, ao estabelecer prioridades. Também comentará os resultados da área fiscal, que considera bons, e fará um histórico das medidas adotadas, destacando a taxação de ganhos de capital.

Galvêas relatará a segunda fase da renegociação da dívida externa, e também o novo acordo com o FMI. Na área financeira, a impressão é de que, com isso, Galvêas quer obter o respaldo do Conselho Monetário Nacional para as negociações, porque o CMN, na prática, só aprova mesmo o orçamento monetário. Indagado ontem sobre a hipótese de o conselho não aprovar a exposição de Galvêas, um assessor do ministro replicou: "Aí a gente vai debater".

Além da exposição de Galvêas e da aprovação da revisão da programação monetária, fiscal e da área externa para este ano, o Conselho Monetário Nacional vai aprovar a transferência, do Banco Central para a Cacex, da decisão de fornecer financiamento a trading companies e a empresas exportadoras com mercadorias entrepostas. Também deve aprovar a criação de uma Carteira de Câmbio no BNDES.

A pauta oficial da reunião do CMN distribuída pela Fazenda é esta: homologação do programa emergencial de produção de hortaliças nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, plano da safra cafeeira 83/84, medidas de apoio ao combate do "bicudo do algodoeiro", linha especial de crédito para aquisição de rações para a pecuária do Nordeste. Segundo fonte da Fazenda, o CMN não discutirá a obrigatoriedade para aplicações nas cadernetas de poupanças pelos Fundos de Pensão e a desvinculação de captação de dólares para emissão de debêntures pelas empresas de leasing.